

ENTRE A SECA E O SERINGAL: MIGRAÇÃO CEARENSE, MOBILIDADE E DESAFIOS DE ADAPTAÇÃO NA AMAZÔNIA DURANTE A BATALHA DA BORRACHA

BETWEEN DROUGHT AND THE RUBBER PLANTATION: CEARÁ
MIGRATION, MOBILITY AND ADAPTATION CHALLENGES IN THE AMAZON
DURING THE BATTLE OF RUBBER

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 01/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790715753](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790715753)

Joel Freitas Melo¹

Leandro Luiz de Oliveira²

Davi Nobre³

Eduardo Gomes da Silva Filho

Francisco Eleud Gomes da Silva

RESUMO

O presente artigo articula-se ao eixo temático de fronteiras, mobilidade e conflitos socioambientais na Pan-Amazônia, tomando como objeto o processo migratório de trabalhadores cearenses para os seringais amazônicos durante a Segunda Guerra Mundial, episódio conhecido como Batalha da Borracha. Objetiva-se analisar as motivações econômicas e políticas do deslocamento, os mecanismos estatais de recrutamento, os desafios de adaptação ao novo território e as estratégias de agência e resistência desenvolvidas pelos migrantes diante das pressões econômicas e das condições socioambientais adversas da floresta. Parte-se do pressuposto de que a mobilização de cerca de sessenta mil nordestinos para a Amazônia, entre 1942 e 1945, não constituiu simples deslocamento populacional, mas um processo de reterritorialização forçada, no qual pressões econômicas internacionais colidiram com as capacidades de adaptação e resistência dos sujeitos migrantes. Metodologicamente, adota-se abordagem histórico-documental e qualitativa, com análise de documentos oficiais, material de propaganda governamental, relatos memorialísticos e produção historiográfica sobre o tema. Os resultados indicam que o sistema de aviamento, o isolamento geográfico, a incidência de doenças tropicais e a precariedade alimentar configuraram um regime de trabalho análogo à servidão por dívida, ao mesmo tempo em que os trabalhadores ressignificaram práticas culturais sertanejas e construíram novas formas de sociabilidade em território hostil. Conclui-se que a experiência dos chamados soldados da borracha ilumina, de modo paradigmático, as tensões entre Estado, capital e sujeitos migrantes na formação histórica da Amazônia, contribuindo para o debate contemporâneo sobre mobilidade humana, fronteiras e conflitos socioambientais na região.

Palavras-chave: Migração cearense; Batalha da Borracha; Mobilidade humana; Territorialidades; Resistências; Pan-Amazônia.

ABSTRACT

This article is situated within the thematic axis of borders, mobility and socio-environmental conflicts in Pan-Amazonia, taking as its object the migratory process of workers from the state of Ceará to the Amazonian rubber plantations during World War II, an episode known as the Battle of Rubber. It aims to analyze the economic and political motivations behind the displacement, the state recruitment mechanisms, the challenges of adaptation to the new territory, and the strategies of agency and resistance developed by migrants in the face of economic pressures and adverse socio-environmental conditions. The mobilization of approximately sixty thousand northeastern Brazilians to the Amazon between 1942 and 1945 is understood not as a simple population movement, but as a process of forced reterritorialization in which global economic pressures collided with the adaptive and resistant capacities of migrant subjects. Methodologically, a historical-documentary and qualitative approach is adopted, drawing on official documents, government propaganda materials, memoirs, and historiographical production on the subject. Results indicate that the *aviamento* (debt-peonage) system, geographic isolation, tropical disease, and food scarcity configured a labor regime analogous to debt bondage, while workers simultaneously resignified *sertanejo* cultural practices and built new forms of sociability in a hostile territory. It is concluded that the experience of the so-called rubber soldiers paradigmatically illuminates the tensions between the State, capital, and migrant subjects in the historical formation of the Amazon.

Keywords: Ceará migration; Battle of Rubber; Human mobility; Territorialities; Resistance; Pan-Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

A história da ocupação da Amazônia brasileira no século XX não pode ser compreendida sem se levar em conta os grandes fluxos migratórios que a atravessaram, movidos tanto por dinâmicas internas ao país quanto por conjunturas internacionais. Entre esses fluxos, a migração de trabalhadores nordestinos, sobretudo cearenses, para os seringais amazônicos durante a Segunda Guerra Mundial ocupa lugar de destaque, por reunir, num único episódio, elementos de política externa, mobilização estatal, exploração do trabalho e agência dos sujeitos migrantes. Esse processo ficou consagrado na historiografia e na memória social sob a denominação de Batalha da Borracha, em referência à mobilização de milhares de trabalhadores para a extração do látex, insumo estratégico para o esforço de guerra das nações aliadas.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo migratório de trabalhadores cearenses para os seringais amazônicos durante a Batalha da Borracha, articulando-o ao eixo temático de fronteiras, mobilidade e conflitos socioambientais na Pan-Amazônia. De modo mais específico, busca-se: a) investigar as motivações econômicas, políticas e sociais que estimularam o deslocamento, notadamente a seca de 1942 e a atuação do Estado por meio de campanhas de recrutamento; b) examinar os desafios de adaptação enfrentados pelos migrantes no novo território, com destaque para o isolamento geográfico, a incidência de doenças tropicais, a precariedade alimentar, as extenuantes jornadas de trabalho e o sistema de aviação; e c) discutir as estratégias de agência individual e de resistência cotidiana desenvolvidas pelos trabalhadores, que ressignificaram práticas culturais sertanejas e construíram novas formas de sociabilidade em um território hostil.

Justifica-se a relevância do tema por, ao menos, três razões. Em primeiro lugar, a migração cearense para a Amazônia durante a Batalha da Borracha constitui um dos maiores e mais dramáticos episódios de mobilidade forçada da história recente do Brasil, tendo mobilizado, segundo estimativas historiográficas convergentes, entre cinquenta e sessenta mil trabalhadores nordestinos, dos quais aproximadamente metade não retornou à sua terra natal (Andrade, 2008; Costa, 2014). Em segundo lugar, o episódio permanece, até os dias atuais, como campo de disputa por reconhecimento e reparação, como evidenciam as lutas dos remanescentes e de seus descendentes por direitos previdenciários e indenizatórios, o que confere ao tema atualidade política e social. Em terceiro lugar, do ponto de vista acadêmico, o estudo da Batalha da Borracha permite iluminar, de modo paradigmático, as tensões estruturais entre Estado, capital internacional e sujeitos migrantes que marcam historicamente os processos de ocupação e transformação do território amazônico, contribuindo para o debate contemporâneo sobre fronteiras, mobilidade humana e conflitos socioambientais na Pan-Amazônia.

O artigo está estruturado em oito seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico-metodológico que orienta a análise, com destaque para os conceitos de mobilidade forçada, reterritorialização e agência migrante. Na terceira seção, reconstitui-se o contexto histórico da Batalha da Borracha, incluindo os Acordos de Washington e a atuação do Estado brasileiro. Na quarta seção, discutem-se as motivações e os mecanismos de recrutamento dos trabalhadores cearenses. Na quinta seção, analisa-se a travessia e o choque territorial entre o sertão e a floresta. Na sexta seção, examinam-se os desafios de adaptação enfrentados pelos

migrantes. Na sétima seção, discutem-se as estratégias de agência e resistência cotidiana. Na oitava seção, aborda-se o processo de reterritorialização e a construção de novas sociabilidades. Por fim, tecem-se as considerações finais do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise do processo migratório cearense para a Amazônia durante a Batalha da Borracha demanda um arcabouço teórico capaz de articular as dimensões econômica, política e cultural do fenômeno migratório, evitando tanto a leitura que reduz os migrantes a meras vítimas passivas das estruturas de dominação quanto aquela que os idealiza como agentes plenamente autônomos de sua trajetória. Nesse sentido, este estudo dialoga com três eixos conceituais principais: a noção de mobilidade forçada, o conceito de reterritorialização e a categoria de agência migrante.

2.1. Mobilidade Forçada e a Condição do Imigrante

O conceito de mobilidade forçada permite compreender deslocamentos populacionais que, embora não configurem coação física direta e contínua, resultam de constrangimentos estruturais que restringem substancialmente a capacidade de escolha dos sujeitos. No caso da migração cearense para os seringais, esse constrangimento manifestou-se na conjugação entre a seca de 1942, que expulsava famílias inteiras de suas terras, e uma intensa campanha governamental de propaganda que apresentava a Amazônia como espaço de oportunidade e de participação patriótica no esforço de guerra. Abdelmalek Sayad (1998), em sua reflexão sobre os paradoxos da condição imigrante, alerta para o fato de que toda migração é, simultaneamente, emigração e imigração, e

que o migrante carrega consigo as marcas de sua origem mesmo quando estas são negadas ou ocultadas pelo discurso oficial do país de acolhimento — no caso em tela, pelo próprio discurso do Estado brasileiro, que tratava o deslocamento interno como gesto de heroísmo nacional.

Frederico de Castro Neves (2000), ao estudar as multidões sertanejas e as ações de massa no Ceará em contextos de seca, oferece subsídios importantes para compreender o pano de fundo social que tornava o recrutamento para a Amazônia uma alternativa relativamente aceitável, senão desejável, para famílias em situação de vulnerabilidade extrema. A seca não operava apenas como fenômeno climático, mas como dispositivo de gestão da força de trabalho, na medida em que o Estado historicamente utilizou as frentes de trabalho e, posteriormente, o recrutamento para os seringais, como formas de conter e direcionar as multidões de retirantes.

2.2. Reterritorialização e territorialidades em disputa

O conceito de reterritorialização, tal como mobilizado neste estudo, refere-se ao processo pelo qual sujeitos deslocados de seu território de origem reconstroem, no novo espaço, formas de pertencimento, práticas culturais e redes de sociabilidade, ainda que sob condições adversas. Anna Lowenhaupt Tsing (2019), em sua análise sobre as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo, mostra como paisagens profundamente marcadas pela exploração econômica — a exemplo dos seringais amazônicos submetidos à lógica extrativista do capital internacional — não impedem, mas antes suscitam, formas de vida colaborativas e adaptativas entre os sujeitos que nelas habitam. Essa perspectiva é particularmente fecunda para

compreender como os cearenses recrutados para a Batalha da Borracha, inseridos em um território de exploração extrema, não deixaram de produzir cultura, sociabilidade e estratégias de sobrevivência coletiva.

José de Souza Martins (2013), por sua vez, em sua reflexão sobre a sociabilidade do homem simples, contribui para a compreensão das formas de solidariedade e de reciprocidade construídas por trabalhadores em situação de precariedade extrema, para quem as redes de vizinhança, compadrio e ajuda mútua constituem recursos fundamentais de sobrevivência diante da ausência ou da omissão das instituições formais de proteção social.

2.3. Agência Migrante e Resistência Cotidiana

Por fim, este estudo recorre à categoria de agência migrante para superar leituras exclusivamente estruturais do fenômeno, reconhecendo nos trabalhadores cearenses sujeitos históricos capazes de negociar, resistir e ressignificar as condições que lhes eram impostas. Como destacam Costa (2015) e Oliveira (2018), a resistência dos seringueiros nordestinos na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial não se expressava, via de regra, em confrontos abertos com os patrões seringalistas — dada a assimetria radical de poder e a ausência de mecanismos institucionais de proteção —, mas em formas cotidianas e muitas vezes veladas de resistência: a fuga dos seringais, a recusa parcial das metas de produção, a manutenção de práticas religiosas e festivas do sertão, e a construção de laços de solidariedade entre os próprios trabalhadores.

Do ponto de vista metodológico, este artigo adota abordagem histórico-documental e qualitativa, fundamentada na análise da produção historiográfica consolidada sobre a Batalha da Borracha, em documentos oficiais relativos aos Acordos de Washington e à atuação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), em materiais de propaganda governamental do período, e em relatos memorialísticos e testemunhos de seringueiros sistematizados por pesquisas historiográficas anteriores. Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo, orientada por procedimentos de análise histórica que buscam articular fontes primárias secundarizadas pela historiografia a um quadro teórico-interpretativo consistente.

3. A BATALHA DA BORRACHA: CONTEXTO HISTÓRICO E ACORDOS DE WASHINGTON

A eclosão da Segunda Guerra Mundial e, mais especificamente, a entrada do Japão no conflito a partir do ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, reconfigurou de modo decisivo a geopolítica das matérias-primas estratégicas. A ocupação japonesa da península Malaia e das Índias Orientais Holandesas, responsáveis por cerca de noventa por cento da produção mundial de borracha natural até aquele momento, interrompeu abruptamente o fornecimento do látex asiático às potências aliadas (Pontes, 2015). A borracha, insumo indispensável para a fabricação de pneus, mangueiras, botas, equipamentos médicos e uma vasta gama de materiais bélicos, tornou-se, nas palavras já correntes na historiografia do período, o “nervo da guerra”.

Diante desse cenário, os Estados Unidos voltaram-se para a Amazônia brasileira como alternativa estratégica de suprimento, dado o potencial produtivo da região, ainda que decadente desde o fim do primeiro ciclo econômico da borracha, nas primeiras décadas do século XX. Em março de 1942, o governo brasileiro assinou, em Washington, uma série de acordos com o governo norte-americano — os chamados Acordos de Washington —, pelos quais o Brasil se comprometia a fornecer borracha natural em larga escala, mediante financiamento e assistência técnica estadunidense, ao passo que os Estados Unidos se comprometiam a investir na infraestrutura de produção e no recrutamento da mão de obra necessária (Segreto, 2007; Costa, 2014).

Entretanto, a debilidade demográfica e produtiva dos seringais amazônicos, que contavam, à época, com pouco mais de trinta e cinco mil trabalhadores, tornava inviável o cumprimento das metas de produção estipuladas nos acordos — que previam a elevação da produção anual de aproximadamente dezoito mil para quarenta e cinco mil toneladas de látex. Fazia-se necessário, portanto, o recrutamento de dezenas de milhares de novos trabalhadores. O governo de Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo (1937-1945), criou então o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), órgão responsável por organizar o recrutamento, o transporte e o encaminhamento dos trabalhadores nordestinos para os seringais da região (Stewart, 1995; Pontes, 2015).

A escolha do Nordeste, e particularmente do Ceará, como principal celeiro de recrutamento não foi arbitrária. A região atravessava, desde 1942, um dos períodos de seca mais severos do século, que agravava a já precária condição de sobrevivência de parcelas expressivas do campesinato sertanejo. O Estado brasileiro,

historicamente acostumado a lidar com os fluxos migratórios decorrentes das secas nordestinas por meio de campos de concentração de retirantes e de frentes de trabalho público, encontrou na demanda por mão de obra para os seringais uma solução conveniente — tanto para o cumprimento dos compromissos assumidos perante os Estados Unidos quanto para o esvaziamento das tensões sociais geradas pela seca no Nordeste (Neves, 2000; Andrade, 2008).

O financiamento norte-americano previa, inclusive, o pagamento de cem dólares ao governo brasileiro por cada trabalhador entregue na Amazônia, o que evidencia o caráter mercantil subjacente à retórica patriótica que revestia a mobilização (Secreto, 2007). Vargas chegou a comparar publicamente os trabalhadores recrutados para os seringais aos soldados da Força Expedicionária Brasileira enviados ao front europeu, cunhando a expressão que se consagraria na memória social: soldados da borracha. Tal comparação, contudo, escamoteava diferenças profundas nas condições de assistência, proteção jurídica e reconhecimento posterior entre os combatentes do front italiano e os trabalhadores enviados à Amazônia, disparidade que seria objeto de décadas de luta por reparação por parte dos sobreviventes e de seus descendentes.

4. ENTRE A SECA E O RECRUTAMENTO: MOTIVAÇÕES E MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO

As motivações que levaram milhares de cearenses a se engajarem no deslocamento para a Amazônia devem ser compreendidas na confluência entre a pressão estrutural da seca e a ação deliberada do aparato estatal de propaganda e recrutamento. Por um lado, a estiagem de 1942 destruía lavouras, dizimava rebanhos e lançava

famílias inteiras em situação de fome e desabrigo, tornando a permanência no sertão, para muitos, inviável. Por outro lado, o Estado Novo, por meio do SEMTA e de intensas campanhas de propaganda veiculadas em jornais, rádio e cartazes, apresentava a Amazônia como terra de oportunidade, prometendo salários atrativos, assistência às famílias, alimentação farta e, ao final do contrato, o retorno garantido ao lar de origem (Andrade, 2008; Costa, 2014).

O contrato de “encaminhamento” assinado pelos trabalhadores incluía, ainda, a possibilidade de destinar parte do salário à assistência das famílias que permaneciam no Nordeste, seja em seus lugares de origem, seja em hospedarias improvisadas mantidas pelo próprio SEMTA, como a Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza. Maria Verônica Secreto (2007) demonstra, a partir da análise da correspondência trocada entre trabalhadores e suas famílias, que essa promessa de assistência operava como importante fator de adesão ao recrutamento, na medida em que oferecia alguma segurança material às esposas e filhos que ficavam para trás — ainda que, na prática, o cumprimento dessa assistência fosse frequentemente irregular e insuficiente.

O relato de Lupércio Freire Maia, retirante nascido em Morada Nova, no Ceará, e recrutado aos dezoito anos de idade, é emblemático da forma abrupta e por vezes coercitiva como se processava o recrutamento em nível local: convocado enquanto trabalhava na lavoura ao lado do pai, foi conduzido a um caminhão que já se encontrava repleto de outros homens, sem tempo sequer para se despedir adequadamente da família — episódio que evidencia a distância entre o discurso oficial de adesão voluntária e patriótica e a experiência concreta vivida por muitos recrutados. Esse tipo de

testemunho, sistematizado por pesquisas de história oral sobre o tema, relativiza a ideia de que a migração tenha resultado de escolha inteiramente livre e deliberada, reforçando a leitura da mobilidade cearense como fenômeno de mobilidade forçada, na acepção discutida na seção teórica deste artigo.

Cabe destacar, ainda, o papel de agências de recrutamento e de propagandistas contratados pelo governo para atuar diretamente nas cidades do interior cearense, promovendo alistamentos em praças públicas, igrejas e feiras. A cidade de Tianguá, no norte do Ceará, por exemplo, converteu-se em importante ponto de apoio — conhecido como “Pouso” — para a concentração e o posterior embarque de trabalhadores rumo à Amazônia, dada sua posição estratégica nas rotas de deslocamento (Costa, 2015). Esses núcleos de recrutamento e concentração operavam como verdadeiras engrenagens de uma política migratória que, a pretexto de socorrer as populações flageladas pela seca, atendia primordialmente aos interesses econômicos e geopolíticos definidos nos Acordos de Washington.

5. A TRAVESSIA E O CHOQUE TERRITORIAL: DO SERTÃO À FLORESTA

O deslocamento físico dos trabalhadores cearenses até os seringais amazônicos configurava, por si só, uma experiência de ruptura e de sofrimento. As viagens, realizadas em caminhões, trens e, principalmente, embarcações fluviais e marítimas, estendiam-se por semanas, em condições precárias de alimentação, higiene e assistência médica. Relatos sistematizados pela historiografia dão conta de superlotação das embarcações, surtos de doenças

infectocontagiosas durante a travessia e óbitos ainda antes da chegada aos seringais (Andrade, 2008; Stewart, 1995).

Mais do que uma travessia física, contudo, o deslocamento representava um profundo choque territorial e cultural. O sertanejo, habituado à paisagem aberta e seca da caatinga, às formas de sociabilidade organizadas em torno do núcleo familiar extenso, do compadrio e das práticas religiosas populares, via-se subitamente inserido em um ambiente radicalmente distinto: a floresta tropical úmida, densa, de biodiversidade exuberante, mas também de isolamento geográfico extremo, marcada pela dispersão das unidades produtivas — as chamadas colocações de seringa — ao longo dos igarapés e rios amazônicos.

Esse contraste territorial é abordado por diferentes autores sob a chave do que se poderia denominar “choque civilizacional interno”: o migrante nordestino, embora brasileiro, encontrava-se tão estranho ao novo ambiente quanto um imigrante internacional se encontraria em país estrangeiro, retomando aqui a reflexão de Sayad (1998) sobre os paradoxos da alteridade migrante. A floresta amazônica, descrita recorrentemente pelos próprios trabalhadores e por cronistas da época como “inferno verde”, impunha desafios sensoriais, ecológicos e simbólicos radicalmente distintos daqueles enfrentados no sertão: a umidade constante, a presença de animais peçonhentos, a vegetação impenetrável fora das trilhas abertas pelos próprios seringueiros, e o silêncio ou os ruídos noturnos da mata, estranhos ao imaginário sertanejo, compunham um cenário de estranhamento profundo (Oliveira, 2018).

A organização espacial dos seringais amplificava esse isolamento. Diferentemente das vilas e povoados nordestinos, relativamente

concentrados, as colocações de seringa distribuía-se de forma dispersa ao longo de extensas estradas de seringa no interior da floresta, de modo que cada trabalhador ou pequeno grupo familiar permanecia, com frequência, dias ou semanas sem contato com outros seres humanos além do patrão seringalista ou de seus prepostos. Essa dispersão espacial, deliberadamente mantida pelos seringalistas como mecanismo de controle sobre a força de trabalho, dificultava a organização coletiva dos trabalhadores e intensificava a sensação de desenraizamento (Costa, 2015; Wolff, 2015).

6. DESAFIOS DE ADAPTAÇÃO: ISOLAMENTO, DOENÇA, FOME E ENDOIVAMENTO

6.1. Isolamento Geográfico e Doenças Tropicais

Entre os principais desafios enfrentados pelos migrantes cearenses nos seringais amazônicos, destaca-se a exposição a um quadro epidemiológico completamente distinto daquele conhecido no sertão nordestino. A malária, a febre amarela, a leishmaniose, as verminoses e outras enfermidades tropicais, associadas à ausência quase completa de assistência médica nas colocações de seringa, provocaram elevadíssimas taxas de mortalidade entre os trabalhadores recém-chegados, que não possuíam qualquer imunidade prévia a esses agentes patogênicos (Andrade, 2008; Santos, 1980). Estimativas historiográficas amplamente reproduzidas indicam que aproximadamente metade dos trabalhadores recrutados não sobreviveu para retornar ao Nordeste, vitimados majoritariamente por doenças, mas também por acidentes de trabalho, subnutrição e, em menor medida, por violências diretas.

O isolamento geográfico agravava sobremaneira essa vulnerabilidade sanitária: a ausência de estradas terrestres, a dependência quase exclusiva do transporte fluvial e a distância entre as colocações de seringa e os núcleos urbanos onde eventualmente se concentrava alguma estrutura médica tornavam praticamente inacessível o socorro em situações de emergência. Muitos trabalhadores adoeciam e morriam nas próprias colocações, sem qualquer registro formal, o que dificulta, até os dias atuais, o dimensionamento preciso da magnitude humana da tragédia (Costa, 2015).

6.2. Precariedade Alimentar e Jornadas Extenuantes

A alimentação constituía outro ponto crítico da experiência migratória. Distante das práticas agrícolas de subsistência a que estavam habituados no sertão, e inseridos em um regime de trabalho que absorvia a quase totalidade do tempo disponível na extração e no defumado do látex, os seringueiros dependiam, em grande medida, do fornecimento de gêneros alimentícios pelos próprios seringalistas ou por seus prepostos — fornecimento este que se revelava, com frequência, insuficiente, irregular e submetido à lógica de superfaturamento que caracterizava o sistema de aviação, discutido adiante. A subnutrição resultante debilitava ainda mais a já frágil condição sanitária dos trabalhadores, compondo um círculo vicioso de doença, fraqueza física e queda de produtividade (Oliveira, 2018).

As jornadas de trabalho, por sua vez, eram extenuantes e organizadas segundo os ritmos biológicos da própria seringueira: os cortes do látex deveriam ser realizados nas primeiras horas da madrugada, exigindo dos trabalhadores longos percursos a pé pelas

estradas de seringa antes mesmo do amanhecer, seguidos pela coleta, pelo transporte e pelo processo de defumação da borracha ao longo do dia. Tal rotina, sustentada por metas de produção estabelecidas pelos seringalistas em consonância com os compromissos assumidos nos Acordos de Washington, deixava pouquíssimo tempo para descanso, convívio social ou cuidado com a própria saúde (Stewart, 1995; Pontes, 2015).

6.3. O Sistema de Aviamento e o Endividamento Permanente

Talvez o mais estrutural dos desafios enfrentados pelos trabalhadores cearenses nos seringais amazônicos tenha sido o sistema de aviamento, mecanismo de crédito e de fornecimento de mercadorias que, historicamente, organizava as relações de trabalho na economia extrativista da borracha desde o primeiro ciclo econômico, no final do século XIX. Por esse sistema, o seringueiro adquiria, junto ao próprio seringalista ou a seu preposto — o chamado regatão —, os instrumentos de trabalho, os utensílios domésticos, os remédios e os gêneros alimentícios de que necessitava, sendo o valor correspondente descontado da produção de borracha entregue. Como os preços das mercadorias fornecidas eram fixados unilateralmente pelo seringalista, quase sempre muito acima do valor de mercado, e o preço pago pela borracha entregue era, por sua vez, artificialmente reduzido, o resultado sistemático era o endividamento crescente e praticamente impossível de ser quitado (Santos, 1980; Costa, 2015).

Esse mecanismo de endividamento permanente cumpria função de controle da força de trabalho equivalente, em muitos aspectos, à servidão por dívida: enquanto não saldasse o débito contraído junto ao seringalista, o trabalhador não podia, legal ou praticamente,

abandonar a colocação de seringa — condição que, associada ao isolamento geográfico já mencionado, configurava relações de trabalho analogamente próximas à escravidão, como apontam diferentes estudos sobre o tema (Costa, 2014; Pontes, 2015). Documentos analisados pela Justiça do Trabalho em processos posteriores de reconhecimento de direitos previdenciários aos ex-seringueiros confirmam que os contratos de “encaminhamento” firmados entre o SEMTA e os trabalhadores raramente eram respeitados em sua integralidade, à exceção das cláusulas que resguardavam os interesses dos seringalistas.

7. ESTRATÉGIAS DE AGÊNCIA E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Não obstante as condições estruturais de exploração e vulnerabilidade descritas na seção anterior, a historiografia recente sobre a Batalha da Borracha tem se empenhado em superar leituras que reduzem os trabalhadores cearenses à condição de vítimas passivas, evidenciando, ao contrário, a multiplicidade de estratégias de agência e de resistência cotidiana por eles desenvolvidas. Tais estratégias, embora raramente assumissem a forma de confronto aberto e organizado contra os seringalistas — dada a assimetria radical de poder e a ausência de mecanismos institucionais de proteção —, expressavam-se em práticas cotidianas de negociação, dissimulação e reelaboração cultural.

Uma das formas mais recorrentes de resistência identificadas pela historiografia consiste na fuga dos seringais, seja em direção a outras colocações com condições supostamente melhores, seja em direção aos núcleos urbanos regionais, como Manaus, Belém e as sedes municipais do Acre, onde alguns trabalhadores buscavam reconstruir suas vidas à margem da economia extrativista

controlada pelos seringalistas (Oliveira, 2018). Embora arriscada, dado o isolamento geográfico e a ausência de infraestrutura de transporte autônoma, a fuga representava uma das poucas alternativas efetivas de ruptura com o ciclo de endividamento imposto pelo sistema de aviamento.

Outra estratégia relevante consistia na manutenção e ressignificação de práticas culturais e religiosas oriundas do sertão nordestino no interior das colocações de seringa. Rituais católicos populares, festas de santos padroeiros, práticas de benzedura e de medicina popular, e formas de sociabilidade organizadas em torno do compadrio foram recriadas, ainda que de modo adaptado às condições materiais e à dispersão espacial impostas pela geografia dos seringais, funcionando como recursos simbólicos de manutenção da identidade e de coesão comunitária entre trabalhadores oriundos de uma mesma região de origem (Martins, 2013; Wolff, 2015).

A correspondência trocada entre os trabalhadores e suas famílias, analisada por Secreto (2007) a partir de acervos documentais do período, constitui, por si só, expressiva forma de agência: por meio das cartas, os seringueiros não apenas mantinham vínculos afetivos e familiares a despeito da distância, mas também reivindicavam, perante o próprio Estado, o cumprimento das promessas de assistência às famílias, evidenciando uma postura ativa de cobrança e de negociação com o aparato estatal, e não de mera resignação passiva diante das condições impostas.

Cumprir destacar, ainda, o papel ativo desempenhado pelas mulheres — esposas, mães e filhas dos trabalhadores recrutados — que permaneceram no Nordeste ou que, posteriormente,

empreenderam elas mesmas a viagem até a Amazônia para se reunir aos maridos. Longe de constituírem sujeitos passivos do processo migratório, essas mulheres protagonizaram intensa mobilização epistolar e, em muitos casos, pressão direta junto às autoridades e às hospedarias mantidas pelo SEMTA, reivindicando o cumprimento da assistência prometida, o que evidencia uma dimensão de gênero fundamental, e ainda pouco explorada, da experiência da Batalha da Borracha (Secreto, 2007; Wolff, 2015).

8. RETERRITORIALIZAÇÃO E NOVAS SOCIABILIDADES NA AMAZÔNIA

A análise conjunta dos desafios de adaptação e das estratégias de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores cearenses permite compreender a migração para os seringais amazônicos não como simples deslocamento populacional, mas como processo complexo de reterritorialização, categoria que remete à construção, por sujeitos deslocados, de novas formas de pertencimento e de organização da vida social em um território distinto daquele de origem. Diferentemente de uma leitura que enfatiza exclusivamente a ruptura e a perda, a noção de reterritorialização permite reconhecer, sem minimizar o sofrimento e a violência estrutural do processo, a capacidade criativa dos migrantes de produzir cultura e sociabilidade em condições extremamente adversas (Tsing, 2019).

Essa reterritorialização manifestou-se, entre outros aspectos, na formação de núcleos de povoamento permanente em regiões antes pouco habitadas da Amazônia ocidental, notadamente no atual estado do Acre, onde muitos dos trabalhadores recrutados durante a Batalha da Borracha, ou seus descendentes, permaneceram após o fim da guerra, constituindo comunidades ribeirinhas e extrativistas

que persistem até os dias atuais. A presença cearense na formação demográfica e cultural da Amazônia ocidental, com seus modos de falar, suas práticas religiosas e culinárias, e suas formas de organização familiar, constitui, nesse sentido, um dos legados mais duradouros — e menos reconhecidos — da migração forçada promovida pelo Estado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial (Costa, 2015; Pontes, 2015).

Ao mesmo tempo, essa reterritorialização não apagou, mas antes reconfigurou, os vínculos com o território de origem: relatos de descendentes de soldados da borracha evidenciam a persistência de narrativas orais sobre o sertão nordestino, transmitidas entre gerações, bem como a manutenção de práticas culturais híbridas que combinam elementos sertanejos e amazônicos. Esse processo de hibridização cultural, ainda pouco sistematizado pela historiografia, constitui campo fértil para pesquisas futuras sobre memória, identidade e territorialidades na Pan-Amazônia.

Por fim, é preciso reconhecer que essa reterritorialização se deu, e continua se dando, em meio a intensa disputa por reconhecimento político e reparação histórica. A luta dos remanescentes da Batalha da Borracha e de seus descendentes por direitos previdenciários — reconhecidos apenas parcialmente a partir de 1988, e ampliados por meio de indenização instituída pela Emenda Constitucional nº 78, de 2014 — evidencia que a reterritorialização amazônica dos trabalhadores cearenses permanece, até hoje, atravessada por relações de poder e por processos inacabados de justiça social, o que reforça a atualidade e a relevância política do tema para o debate contemporâneo sobre fronteiras, mobilidade e conflitos socioambientais na Pan-Amazônia.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar o processo migratório de trabalhadores cearenses para os seringais amazônicos durante a Batalha da Borracha, articulando-o ao eixo temático de fronteiras, mobilidade e conflitos socioambientais na Pan-Amazônia. A partir da revisão da produção historiográfica sobre o tema e do diálogo com um referencial teórico centrado nas noções de mobilidade forçada, reterritorialização e agência migrante, procurou-se demonstrar que essa migração não pode ser compreendida como fenômeno unidimensional, redutível seja à narrativa oficial de heroísmo patriótico construída pelo Estado Novo, seja a uma leitura exclusivamente vitimizante que apague a capacidade de ação dos sujeitos migrantes.

Os resultados da análise indicam, em primeiro lugar, que a mobilização de dezenas de milhares de cearenses para a Amazônia resultou da confluência entre pressões estruturais internas — a seca de 1942 e a histórica vulnerabilidade socioeconômica do campesinato sertanejo — e pressões econômicas e geopolíticas externas, materializadas nos Acordos de Washington e na demanda aliada por borracha natural. Em segundo lugar, evidenciou-se que os desafios de adaptação enfrentados pelos migrantes no novo território — isolamento geográfico, doenças tropicais, precariedade alimentar, jornadas extenuantes e, sobretudo, o sistema de aviação — configuraram um regime de trabalho estruturalmente análogo à servidão por dívida, responsável por elevadíssimas taxas de mortalidade entre os trabalhadores recrutados. Em terceiro lugar, e não menos importante, demonstrou-se que, a despeito dessas condições adversas, os trabalhadores cearenses desenvolveram múltiplas estratégias de agência e de resistência cotidiana, que lhes

permitiram ressignificar práticas culturais sertanejas, construir novas redes de sociabilidade e, em muitos casos, negociar ativamente com o próprio aparato estatal o cumprimento de suas promessas.

Conclui-se, assim, que a migração cearense durante a Batalha da Borracha constitui processo complexo de reterritorialização forçada, no qual as pressões econômicas globais colidiram, de modo dramático, com as capacidades de adaptação e resistência dos sujeitos migrantes, deixando marcas duradouras tanto na formação demográfica e cultural da Amazônia ocidental quanto na memória social e política do Nordeste brasileiro. O estudo contribui, dessa forma, para o debate contemporâneo sobre mobilidade humana, fronteiras e conflitos socioambientais na Pan-Amazônia, ao evidenciar como processos migratórios historicamente distantes seguem iluminando as tensões estruturais entre Estado, capital e sujeitos migrantes que atravessam, até os dias atuais, a formação e a transformação do território amazônico.

Como agenda de pesquisa futura, sugere-se o aprofundamento de estudos de história oral com descendentes de soldados da borracha remanescentes na Amazônia ocidental, bem como a sistematização de acervos documentais dispersos relativos à atuação do SEMTA, de modo a ampliar a compreensão sobre as dimensões de gênero, memória e reparação histórica associadas a esse episódio fundamental da história da mobilidade humana na Pan-Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. M. de. A Batalha da Borracha: o esforço de guerra na Amazônia. Manaus: Valer, 2008.

COSTA, E. Seringais e seringueiros: história e memória da economia da borracha na Amazônia. Belém: UFPA, 2015.

COSTA, F. P. Para a chuva não beber o leite. Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiças na Amazônia, 1940-1945. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARTINS, J. S. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, F. de C. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2000.

OLIVEIRA, A. C. Trabalho e violência na Amazônia durante a Segunda Guerra. Manaus: EDUA, 2018.

PONTES, C. J. de F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. Revista Sociedade, Ambiente e Educação Básica, Território e Trabalho (SAJEBTT), Rio Branco, 2015.

SANTOS, R. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAYAD, A. A imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-135, 2007.

STEWART, D. A borracha na Amazônia: expansão e decadência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TSING, A. L. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas capitalistas. Tradução de A. F. Oliveira. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

WOLFF, C. S. Mulheres da floresta: uma história da luta pela terra na Amazônia. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

¹ Mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Técnico-Administrativo em Educação na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Mestre em Administração Universitária/PPGAU/UFSC

³ Mestre em Gestão Empresarial pela Universidade Estácio/CE